

Debates políticos estão nos anos 60

Ainda hoje, os EUA preocupam-se com temas como racismo e recrutamento, em parte por causa da idade dos políticos

*
MATT
BAI

THE NEW YORK TIMES

É difícil imaginar que Richard Blumenthal e Rand Paul tenham algo em comum além do fato de ambos serem candidatos ao Senado.

O democrata Blumenthal, procurador-geral de Connecticut, é um respeitado servidor público de carreira, ainda que um pouco monocromático. O republicano Paul, oftalmologista de Kentucky, é um adepto da doutrina libertária, como o pai, o ex-candidato à presidência Ron Paul. Mas, na semana passada, os dois viram-se inesperadamente sugados pelo vórtice que nos atrai inexoravelmente de volta à década de 60.

É claro que esta anomalia no contínuo político espaço-temporal já devia ter sido superada. A campanha presidencial de Barack Obama teve como base a noção de que o país precisava ultrapassar o abismo cultural de uma era anterior, visão patrocinada especialmente pelos jovens americanos.

Ainda assim, passados dois anos, aqui estamos nós: envolvidos num debate sobre o Vietnã e a segregação racial, enquanto nossa política é no-

vamente transformada uma reencenação do musical *Hair*, exceto talvez pelo fato de que o espetáculo não é divertido e parece nunca chegar ao fim. (Na verdade, é exatamente como *Hair*.) Em ambos os casos, o debate vulgar e simplista parece não corresponder ao diálogo mais complexo no qual a maioria dos americanos tenta se envolver.

Os problemas de Blumenthal começaram quando o *New York Times* publicou uma reportagem afirmando que ele tinha o hábito de sugerir (ou declarar abertamente) que serviu no Vietnã, o que não é verdade. Não há dúvidas de que se trata de um questionamento legítimo de seu caráter; os políticos não devem se enfeitar, e Blumenthal pediu desculpas duas vezes. Mas a controvérsia, estimulada por seu concorrente republicano, está tão relacionada a todas as emoções de 40 anos atrás envolvendo as comissões de recrutamento e sua suspensão, a permanência da amargura entre aqueles que serviram e a torturante culpa entre aqueles que não o fizeram, quanto à questão mais imediata e direta da veracidade.

Estas são questões familiares para os eleitores que se lembram com facilidade

de das alegações envolvendo Bill Clinton e sua carta de recrutamento, John Kerry e seu navio de patrulha, George W. Bush e o período em que ele desapareceu da Guarda Nacional. Mas, num país em que nenhum cidadão com idade inferior a 50 anos jamais viu uma notificação de recrutamento, estas questões são cada vez mais irrelevantes; para estes americanos, poderíamos igualmente debater quem foi o responsável por afundar o USS Maine.

Na era do Exército composto exclusivamente por voluntários, a divisão entre aqueles que honram o serviço militar e aqueles que se recusam a prestá-lo é muito menos ideológica e classista. (Devemos levar em consideração que, atualmente, o principal opositor do recrutamento é Charles B. Rangel, o congressista liberal de Nova York.) Os debates mais urgentes dos tempos atuais envolvem a melhor maneira de empregar o Exército em guerras não-convencionais, a possibilidade de os homossexuais serem aceitos no serviço militar, a definição de qual deve ser a duração do período que cada soldado passa na frente de combate e da qualidade da blindagem protetora e seus benefícios.

Colisão. Enquanto isso, Paul viu-se em rota de colisão com o passado quando, ao responder a perguntas feitas por Rachel Maddow, da MSNBC, ele manifestou suas reservas políticas em relação à Lei dos Direitos Civis de 1964, mais especificamente no caso do dispositivo que obriga as empresas particulares a promover a integração racial. (Posteriormente, ele corrigiu sua posição, afirmando que teria apoiado a lei de qualquer maneira.)

As denúncias de racismo que se seguiram provavelmente fazem sentido para aqueles que vivenciaram a década de 60. Afinal, em 1964, se um branco sulista se opusesse à integração racial com ba-

se na Constituição, era grande a probabilidade de o preconceito ser um fator importante em sua decisão. Ainda assim, o debate nacional contemporâneo sobre o racismo e seus remédios mostra-se consideravelmente com mais nuances do que o de 50 anos atrás – ou mesmo o de 10 anos atrás.

Agora, Tiger Woods joga todos os anos em Augusta, historicamente um clube exclusivo para brancos. O presidente negro dos EUA disse que suas filhas, relativamente privilegiadas, não devem ser beneficiadas por programas de ação afirmativa quando se inscreverem na universidade. Os americanos que pertencem à geração do presidente e também os mais jovens parecem inclinados a supor que é possível questionar as responsabilidades do governo e de entidades particulares em relação a temas raciais sem que isto implique necessariamente numa posição racista – mesmo que isto os transforme em anomalias ideológicas, como no caso de Paul.

Assim sendo, por que – citando o onipresente Bono – nosso debate político encontra-se tão profundamente encaixado num período do qual parece incapaz de escapar? Em parte, isto se deve provavelmente ao fato de que muitos dos principais americanos envolvidos na política – assim como aqueles que administram as campanhas e as comentam interminavelmente – são velhos o bastante para lembrar-se de Altamont.

Trata-se de um caso clássico de profecia autorrealizável: quanto mais a geração dos anos 60 domina o discurso político, menos estes discurso parece atrair os jovens eleitores, e assim a geração do pós-guerra influencia progressivamente nossa política.

Entretanto, num nível mais profundo, isto provavelmente está relacionado à tendência humana básica segundo a qual buscamos clareza moral. Por mais que os conservadores enxerguem

esta década como o cadinho do relativismo moral e do início de um colapso na ordem social vigente, ainda resta algo de extremamente atraente na natureza simplista e binária de tudo isso: a ideia de que era possível distinguir com facilidade se éramos contra ou a favor da guerra, contra ou a favor da igualdade racial.

Identidade política. Em comparação, a guerra parece ser hoje mais uma questão de graus e limites, enquanto a igualdade envolve menos as leis do país do que as disparidades nas oportunidades econômicas e educacionais, mais sutis e difíceis de abordar. As escolhas de nossa época são muito menos claras e satisfatórias do que as enfrentadas pela geração anterior, o que faz delas menos úteis enquanto alicerces da identidade política individual e mais difíceis de encapsular num comercial de 30 segundos ou num discurso retórico transmitido no horário nobre.

Num certo sentido, o debate da semana passada sublinha também o desafio contínuo enfrentado por Obama. O presidente prometeu ultrapassar a política obsoleta dos anos 60, e nisto estava implícita a ideia de substituí-la por algo diferente, que fosse capaz de contextualizar o debate do século 21 de forma a fazer com que nossas escolhas enquanto sociedade parecessem mais claras e mais interligadas.

Mas ele não o fez – ao menos, não até agora. E, sem este contexto moderno, resta apenas uma ausência: o familiar vórtice que segue nos atraindo para aquilo que esperávamos ter deixado para trás. / **TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL**

*
É COLUNISTA DE POLÍTICA E ESCRITOR